

Indexação sustenta inflação

Rio — O ministro da Fazenda, Mílson da Nóbrega, afirmou que não tem ilusões de reduzir significativamente a inflação nos próximos meses, porque numa economia indexada como a brasileira era muito difícil baixar rapidamente os níveis inflacionários. Sua meta é a de estabilizar no patamar dos 15% e depois ir baixando gradativamente. Lembrou também que sem um controle rigoroso do déficit público, através do orçamento unificado, não seria possível reequilibrar as funções da poupança pública e privada.

O ministro assinalou também que o governo está exercendo um controle exagerado sobre a economia e que não era possível continuar mantendo um processo em que os burocratas, isolados em Brasília, continuassem a fixar regras e estabelecer parâmetros para o funcionamento dessa economia. «Um processo corajoso de desregulação e de simplificação das normas da economia precisa ser iniciado imediatamente», segundo o ministro da Fazenda.

Nesse sentido, disse que no próximo dia 27, em reunião do Conselho Monetário Nacional, irá propor novas normas para a conversão da dívida externa, desvinculando as regras da conversão das normas da securitização da dívida, já que uma coisa nada tem a ver com a outra, em sua opinião. Disse

que pretende simplificar as regras da conversão da dívida e que está informado que tal procedimento trará um novo alento ao mercado de capitais, com aporte imediato de US\$ 600 milhões, através de investimentos em fundos de ações.

Sinais

Para o ministro da Fazenda, o Brasil é um dos poucos países do Terceiro Mundo que não resolveu seu problema da renegociação da dívida externa e está pagando um preço exageradamente alto por isso, negociando margens brutas em seus empréstimos e financiamentos de curto prazo, excessivamente altas. Disse que o México, na sua renegociação, uniformizou sua taxa de juros em 13 e 1/16 avos e que precisamos perseguir essa meta.

Em sua palestra na Confederação Nacional do Comércio, disse que começa a receber sinais junto à comunidade financeira internacional de que o ambiente começa a melhorar. «Tal mudança não significa que o Brasil vá aceitar submissamente todas as exigências dos bancos credores, mas que vamos realizar um acordo satisfatório para ambas as partes. Sabemos que os bancos não foram feitos para exercer uma ação social. Portanto, nossa negociação deve se pautar pelo pragmatismo e pelo profissionalismo», segundo o ministro da Fazenda.